

Marcelo Figueiredo

Direito Constitucional

Estudos interdisciplinares
sobre federalismo, democracia e
Administração Pública

Prefácio
Francisco Rezek

2ª EDIÇÃO

FORUM

Autor
Marcelo Figueiredo

DIREITO CONSTITUCIONAL Estudos Interdisciplinares sobre Federalismo, Democracia e Administração Pública

2ª edição

Prefácio
Francisco Rezek

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

O Professor Marcelo Figueiredo reúne, nesta obra, alguns de seus melhores artigos e comunicações. A maioria advém de suas palestras, aulas e conferências proferidas no Brasil, na América Latina e também na Europa. Trata-se de uma obra de grande utilidade para o estudante, para os operadores do direito em geral. Enfim, a todos aqueles que têm no Direito Constitucional e Administrativo seu material de consulta e de trabalho no cotidiano consultivo e contencioso.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10001604

F475d Figueiredo, Marcelo
Direito Constitucional: estudos interdisciplinares sobre federalismo, democracia e Administração Pública / Marcelo Figueiredo. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2019. 407p.; 17x24cm

ISBN: 978-85-450-0667-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito administrativo. I. Título.

CDD: 341.2
CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FIGUEIREDO, Marcelo. *Direito Constitucional: estudos interdisciplinares sobre federalismo, democracia e Administração Pública*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 407p. ISBN 978-85-450-0667-1.

Marcelo Figueiredo é Advogado. Consultor jurídico em SP. Professor de Direito Constitucional da PUC-SP. Mestre, Doutor, Livre-Docente e Professor Associado pela mesma Universidade. Professor Convidado e Visitante de diversas Instituições de Ensino na América Latina e na Europa. Diretor Reeleito do Curso de Direito da PUC-SP. Autor de diversas obras, artigos, pareceres na área do direito público, especialmente constitucional e administrativo. Presidente da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD), seção brasileira do “Instituto Ibero-Americano de Derecho Constitucional”, com sede no México. Membro reeleito do Comitê Executivo da Associação Internacional de Direito Constitucional na qualidade de jurista. Membro e Avaliador de Diversos Conselhos Editoriais de Revistas e publicações jurídicas. Presidente do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF* e do IBEJI.

PREFÁCIO	
Francisco Rezek	13
NOTA INTRODUTÓRIA.....	15
A REELEIÇÃO DO TITULAR DO PODER EXECUTIVO NAS AMÉRICAS: A SITUAÇÃO DO BRASIL.....	19
1 Introdução.....	19
2 O parâmetro norte-americano.....	20
3 A realidade brasileira.....	23
4 A realidade Latino-Americana.....	34
A GREVE E OS SERVIÇOS PÚBLICOS: DA PROIBIÇÃO AO EXERCÍCIO DE UM DIREITO COM RESPONSABILIDADE.....	41
1 Introdução.....	41
2 Os serviços públicos e os serviços essenciais.....	41
3 A greve no setor privado e nos serviços essenciais e seus limites.....	43
4 A greve na função pública em alguns países.....	45
5 A greve no serviço público no Brasil.....	47
6 Da responsabilidade civil por abuso do direito de greve.....	49
7 Da responsabilidade civil do Estado.....	53
BREVE SÍNTESE DA POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO E SUA SUPREMACIA: TESE CONSISTENTE OU DEVANEIOS DOUTRINÁRIOS?.....	57
1 Introdução.....	57
2 A visão dos juristas brasileiros contemporâneos.....	58
3 A visão dos juristas “clássicos” brasileiros.....	60
O CONTROLE DOS ATOS POLÍTICOS E DE GOVERNO.....	67
NOÇÕES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	79
1 O direito administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística e da <i>Common Law</i>	80
2 Tendências atuais do direito administrativo brasileiro.....	81
3 Acepções da expressão “Administração Pública”.....	81
O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E AS AGÊNCIAS REGULADORAS.....	83
1 Introdução.....	83
2 O princípio da segurança (jurídica).....	83
3 A regulação – uma visão geral.....	87
4 O conceito de agência no ordenamento jurídico brasileiro.....	88
5 O princípio da segurança jurídica nas relações jurídico-administrativas – Alguns exemplos.....	93
DESAPROPRIAÇÃO.....	95
1 Introdução.....	95
2 A expropriação forçada no direito alienígena.....	98
3 As constituições brasileiras e o poder expropriatório.....	102
4 A indenização na desapropriação. Coração do instituto.....	105
5 Os requisitos da desapropriação: a utilidade pública, necessidade pública e o interesse social.....	109
6 O direito de terceiros.....	110

7	Competência.....	110
8	Tipos de desapropriação.....	112
9	A desapropriação ambiental.....	113
10	Procedimento expropriatório.....	115
11	A retrocessão e o direito de preferência.....	118
12	Algumas decisões sobre desapropriação no Supremo Tribunal Federal.....	118
COLÓQUIO LA EVOLUCIÓN DE LA ORGANIZACIÓN POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE AMÉRICA DEL SUR.....		123
1	De 1964 a 1988.....	123
2	A reforma do Estado no Brasil.....	124
3	O sistema de governo e os partidos políticos.....	126
4	O Poder Judicial, Constitucional e a defesa dos direitos fundamentais.....	131
4.1	O ativismo do judiciário brasileiro e seus exemplos.....	132
4.2	Alguns casos julgados pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil.....	133
4.2.1	Mandado de Injunção e o direito de greve dos servidores públicos.....	133
4.2.2	Número de vereadores proporcional à população.....	136
4.2.3	Verticalização das coligações partidárias.....	136
4.2.4	Cláusula de barreira.....	137
4.2.5	Fidelidade partidária.....	138
4.2.6	Interrupção da gravidez de feto anencefálico.....	139
5	Os mecanismos de defesa da Constituição.....	140
NOTAS A RESPEITO DA UTILIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO BRASIL.....		143
O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL.....		153
PERSPECTIVAS DO CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO: RUMO À RENOVAÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO LIBERAL E SOCIAL.....		185
1	Considerações introdutórias.....	185
2	Do constitucionalismo ocidental ao constitucionalismo no espaço da União Europeia.....	187
3	Alguns traços de aproximação entre o Direito Lusófono (Português) e o Direito Brasileiro.....	188
3.1	O Constitucionalismo brasileiro – Uma breve análise.....	189
4	A visão de Rodrigo Uprimy.....	192
5	A nossa visão: existe um “novo constitucionalismo” na América Latina ou é possível simplesmente falar de alguns avanços?.....	196
LA DEMOCRACIA DE CIUDADANÍA: UNA AGENDA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA EN LATINOAMÉRICA.....		205
I	La aceptación de la palabra “Democracia”.....	205
II	Elecciones en Latinoamérica – Una visión general.....	208
III	La Democracia Exigible.....	214
IV	Después de la transición: una nueva fase en la ruta democrática.....	215
V	Democracia de ciudadanía y democracia exigible.....	217
VI	La Democracia Contemporánea – ¿Hacia dónde caminamos?.....	219
O MODELO FEDERAL BRASILEIRO: SUA HISTÓRIA, SUA REGULAÇÃO ATUAL E SEU SISTEMA DE RECURSOS FINANCEIROS.....		223
1	História – Os antecedentes da República e da Federação – A queda do Império... ..	223
2	A Conjuração Mineira.....	225
3	De Pedro II à República.....	227
4	A República e a ideia federativa.....	228
5	As Constituições Brasileiras até 1988.....	230
5.1	A Constituição de 1988 e a Federação.....	231
6	A partilha de competências na Constituição Federal de 1988.....	232

7	As características do federalismo constitucional	234
8	A discriminação de rendas tributárias na federação brasileira.....	236
9	A violação das competências constitucionais e a sanção de inconstitucionalidade dos atos do poder público	239
OS DESAFIOS DO FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL		241
1	Introdução.....	241
2	A Constituição Federal de 1988 e as competências tributárias	241
3	A importância das transferências	244
4	As transferências intergovernamentais no Brasil como mecanismos de redistribuição de renda – Uma boa política ou uma política necessária?	246
5	Conflitos federativos e instâncias de mediação	251
6	Principais pontos abordados.....	255
	Referências	257
CONSTITUIÇÃO E FEDERALISMO NO MUNDO GLOBALIZADO: PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO SISTEMA FEDERAL BRASILEIRO		259
1	Introdução.....	259
2	A Federação como sistema de organização política	261
3	As transformações constitucionais recentes na América Latina segundo Uprimny.....	262
4	Os Poderes Executivo e Legislativo no sistema federal brasileiro	265
CONSTITUIÇÕES, MERCADOS GLOBAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....		269
1	Os fatos.....	269
2	O problema	271
3	O desenvolvimento e meio ambiente	272
4	Os benefícios e os riscos da constitucionalização do ambiente	273
5	O Direito Internacional e a formação do direito ambiental comunitário no Mercosul.....	275
	Referências	277
SEGURANÇA ENERGÉTICA NO BRASIL		279
1	Introdução.....	279
1.1	Características da energia elétrica e das atividades da indústria elétrica	280
2	A eficiência energética brasileira.....	282
2.1	Os recursos renováveis	283
2.2	O Brasil e as energias renováveis	284
2.3	Os recursos não renováveis – A Bioeletricidade vai ter fatia maior na matriz energética no Brasil	284
3	A integração energética sul-americana – O anel energético do Cone Sul	286
4	O sistema elétrico brasileiro – Seu padrão regulatório e alguns exemplos da América do Sul.....	287
5	O plano decenal de energia e as políticas públicas para fontes alternativas e renováveis e a geração de energia elétrica	292
6	O setor de biocombustíveis no Brasil.....	298
6.1	O biodiesel	299
7	A expansão da produção – Segurança alimentar, impactos sobre o meio ambiente e emprego	300
LA INTEGRACIÓN SUPRANACIONAL, ESPECIALMENTE EL TEMA DEL MERCOSUR Y ASUNTOS CORRELATOS		303
I	Introducción	303
II	La Unión Europea y el Mercosur	308
III	Las Constituciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.....	310
IV	Parlamentos Supranacionales en Europa y en Latinoamérica	313
IV.a	El Parlamento Europeo (PE).....	314
IV.b	El Parlamento Europeo – Una visión más cercana	316
IV.c	Sistema Electoral.....	317

IV.d	La Organización.....	319
IV.e	Las Competencias.....	321
IV.f	Competencias de Control.....	321
IV.g	Competencias Presupuestarias.....	322
IV.h	Competencias Normativas.....	322
IV.i	El Funcionamiento.....	323
V	El Parlamento Latino-Americano (Parlatino).....	327
V.a	El Parlamento Centroamericano (Parlacen).....	328
V.b	El Parlamento Andino (Parlandino).....	328
VI	El Parlamento del Mercosur – una visión general.....	331
VI.a	La Agenda Positiva y el Parlamento del Mercosur.....	332
VI.b	La democracia en el Mercosur.....	334
VI.c	Mercosur – 20 años que han transformado el Cono Sur.....	339
VI.d	Proyectos de Ley Presentados en Brasil con respecto a las elecciones, el 7 de octubre de 2012, del Parlamento del Mercosur.....	342
TRANSIÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO À REPÚBLICA VELHA.....		349
1	A Colônia – O caráter geral da colonização brasileira.....	349
2	A Corte no Brasil – D. João VI (1808), a Revolução do Porto e a Independência....	351
3	A Constituinte de 1823, A Constituição Imperial de 1824 e o Primeiro Reinado....	354
4	O Segundo Reinado.....	359
5	A Primeira República (1889-1930).....	366
A DURAÇÃO DO TRABALHO E TEMAS CORRELATOS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....		373
1	A evolução da duração da jornada de trabalho.....	373
2	O tema da flexibilização das relações de trabalho – As diferentes visões.....	375
3	A visão da centralidade da atividade econômica da empresa.....	377
4	Novas formas de trabalhar.....	378
5	As alterações flexibilizadoras da legislação brasileira – O contrato a prazo, o banco de horas, o trabalho a tempo parcial e a suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional.....	379
5.1	O banco de horas.....	380
5.2	O trabalho a tempo parcial.....	380
5.3	A suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional.....	382
6	O setor público.....	383
7	Considerações finais.....	384
O CARÁTER CONTRAMAJORITÁRIO DO PODER JUDICIAL: O CASO <i>MARBURY VS. MADISON</i> – UMA PREOCUPAÇÃO SOBRETUDO NORTE-AMERICANA?.....		387
1	Introdução.....	387
2	Evolução histórica do controle de constitucionalidade.....	390
2.1	O caso <i>Marbury vs. Madison</i> – Uma visão rápida.....	391
2.2	A evolução do caso <i>Marbury vs. Madison</i> e a política da supremacia judicial.....	393
3	As críticas à supremacia judicial e as eventuais alternativas.....	399
3.1	As eventuais alternativas.....	401
4	O caso brasileiro (a visão de Vilhena).....	406